DEPARTAMENTO DE PSICANÁLISE
CONSELHO DIRETIVO PROVISÓRIO

Subsídios para discussão de políticas para o Departamento de Psicanálise

SEDES SAPIENTIAE

Abril 2000

INSTITUTO SEDES SAPIENTIAE

IMPRESSO

DEPARTAMENTO DE PSICANÁLISE

Conselho Diretivo Provisório

Área de relações internas
Articuladora Maria Auxiliadora Arantes

Área de relações externas
Articulador Mario Fuks

Área de cursos-clínica
Articuladora Maria Aparecida Aidar

Área de grupos de estudos
Articuladora Daisy Lino

Área de eventos
Articuladora Giovanna Bartucci

Área de publicações
Articuladora Noemi M. Kon

Área de administração e tesouraria
Articuladora Cleide Monteiro

Abril de 2000

Caros colegas,

Estamos convidando os integrantes do Departamento de Psicanálise para uma reunião geral a se realizar no próximo dia **15 de abril, sábado, das 9 horas às 13 horas**, na sala 06 do Sedes Sapientiae.

Nesta reunião discutiremos todos os documentos que estão reunidos nesta publicação.

Estes textos foram elaborados pelas diferentes áreas de trabalho, e se constituem como os subsídios para a discussão de políticas para o Departamento de Psicanálise.

O Conselho Diretivo optou por encaminhar todos os documentos, conforme foram produzidos pelas diferentes áreas, respeitando as idéias, questões e propostas neles contidas, expressão de experiências diversas e de diferentes formas de inserção no departamento, ao longo dos seus mais de dez anos de organização.

Na reunião geral, esperamos poder arrolar o conjunto das propostas de políticas para o departamento, a partir das discussões que então se processarem.

Finalmente, poderemos passar à discussão e votação de propostas, em uma assembléia geral, com caráter decisório, a ser realizada no mês de maio.

A assembléia geral deverá ter três funções:

a) Decidir questões estatutárias, como por exemplo, o modo de gestão do departamento;

b) Estabelecer objetivos políticos e programáticos para a próxima gestão;

c) Eleger os integrantes do novo conselho de gestão do departamento.

A data prevista para a assembléia geral é o dia **13 de maio**, sábado.

Posteriormente enviaremos a convocatória da assembléia geral com o horário e a respectiva pauta.

Esperamos que todos os integrantes possam comparecer a estas reuniões, contribuindo para o aprimoramento e consolidação de nosso departamento.

Cordialmente,
Cleide Monteiro
Daisy Lino
Giovanna Bartucci
Maria Aparecida Aidar
Maria Auxiliadora Arantes
Mario Fuks
Noemi M. Kon

Conselho Diretivo Provisório, março de 2000.

ÁREA DE RELAÇÕES INTERNAS

Articuladora: Maria Auxiliadora A. C. Arantes

1: **Pontos para uma reflexão**

A criação desta área de trabalho teve como objetivo pensar as relações entre o departamento e a instituição Sedes Sapientiae. Com esta intenção foi formado um grupo integrado por colegas que estão vinculados a diferentes lugares do departamento e da Instituição, possibilitando um intercâmbio de informações e de pontos de vista. As reflexões expressas neste texto são decorrentes de conversas feitas pela articuladora e sobretudo, resultado de reuniões de trabalho realizadas para atender ao objetivo pretendido. Foram integrantes destas reuniões, em diferentes momentos : Ana Maria S. Leal, Eva Wongtschowski, Lilian Quintão, Mania Deweik, Maria Antonieta Whately, Maria Aparecida Aidar, Maria Cristina Ocariz, Maria de Fátima Vicente, Marilúcia Meirelles Alencar, Zélia Temin, e Maria Auxiliadora Arantes.

Na reuniões realizadas em outubro, novembro e dezembro de 1999, tentamos conhecer, através de informes e depoimentos, as preocupações que permeiam o departamento, sobretudo em relação à sua organização e sua inserção no Sedes, e compartilhar reflexões para alcançar o objetivo desta área.

Dentro desta ótica, consultamos também, como subsídio para nossas reflexões, o documento elaborado pelo Sedes em 1999, sobre sua estrutura e organização.

Questões gerais

- A estrutura departamento, embora bem-vinda é uma estrutura ainda em absorção pela instituição, já que a coluna principal do Sedes, são os cursos. A organização dos departamentos foi se consolidando depois da dos cursos. Os membros dos diferentes departamentos pagam suas mensalidades para os respectivos departamentos e os alunos pagam diretamente para o Sedes. Assim os professores dos cursos são remunerados pela instituição e com ela têm vínculos empregatícios; dentro dos departamentos, o trabalho é voluntário, na sua quase totalidade, o que também ocorre na clínica do Sedes, onde estão inseridos membros dos departamentos, com vínculos de trabalho distintos.

Para discutirem questões comuns, os cursos e os departamentos têm um encontro mensal de seus representantes, respectivamente no núcleo de cursos e núcleo de departamentos. Também uma vez por mês se reúne o Conselho com representantes de curso, de departamentos, dos funcionários, dos centros de educação, de filosofia, da clínica ,com toda diretoria do Sedes.

Os departamentos, dentro do Sedes, são 8 e os cursos em funcionamento são em número de 30- especialização e aperfeiçoamento- e 15, de expansão, atendendo aproximadamente a hum mil alunos. Há ao todo 210 professores e o número de funcionários administrativos é de 40. Na clínica, há 357 terapeutas, que além do atendimento terapêutico, desenvolvem projetos de assessoria, consultorias, formação profissional e intervenção na comunidade. São 16 terapeutas contratados,70 terapeutas de projetos, 24 terapeutas de núcleos, 90 estagiários, 148 terapeutas alunos e um psiquiatra.(conf. documento de referência-1999.Em 2000 houve modificações destes dados.)

Bem, por que nos preocuparmos com tudo isto? Por alguns bons motivos...

Primeiro constatamos que os departamentos têm diferentes composições e estrutura de funcionamento. O nosso departamento tem 206 integrantes, (conforme o documento de referência /1999)). Os integrantes dos demais departamentos variam entre 12 a 115 membros, somando juntos 369 membros. Logo, a organização dos departamentos em núcleo , tem ainda um bom percurso a fazer, para ser absorvida pelo Sedes.

A outra questão diz respeito ao fato de o Sedes ser uma instituição híbrida. Isto é, nem é uma instituição exclusivamente de formação e de prática clínica psicológica e nem uma instituição política e exclusivamente de educação popular, embora tenha dois centros de educação popular voltados para a formação de lideranças rurais e urbanas e para a assessoria político- pedagógica a núcleos populares de alfabetização.

Vamos percebendo que muitas das questões que vivemos dentro do nosso departamento, como a clareza dos lugares que ocupamos, o reconhecimento pela instituição e entre nós próprios, são questões atravessadas por movimentos singulares e também institucionais. E,

sobretudo, marcadas pelas condições históricas do Sedes, que foram constituintes de uma característica de renovação, de resistência política, determinantes para que muitos se aproximassem desta Instituição. Hoje estas condições se apresentam muitas vezes, complexas, para quem tem dificuldade em lidar com a diversidade e com as diferenças, e processar a formação profissional dentro de uma instituição que não se dedica unicamente à formação, sobretudo no caso da formação de psicanalistas.

Ora, se somos psicanalistas e se estamos comprometidos com o nosso tempo e com a história, se pensamos a psicanálise, a transmissão e o reconhecimento, como inseridos num tempo e do tempo, vamos percebendo que pensar o departamento não é só pensar em organizá-lo melhor mas é também situá-lo dentro do Sedes e fazer o Sedes aprimorar-se em sua relação com os departamentos.

Questões específicas

Dentro das questões específicas, no departamento, uma delas, senão a maior, é a do reconhecimento. O tamanho desta questão cresce, à medida em que cresce o departamento, passa o tempo, e mais tempo foi o investido na sua construção. Como resolver (processar) esta questão?

O reconhecimento também está mergulhado no mar da psicanálise ao final do milênio, e este mar circunda terras em re- acomodação. O panorama político mundial, a queda das fronteiras de comunicação, a velocidade permitida pelas redes virtuais , nos instigam a nos renovar, a refletir sobre o intrincamento destas possibilidades de comunicação e de troca, frente às quais a psicanálise e os psicanalistas não ficam imunes, e certamente se sentem por elas, afetados. Há uma crise de lideranças no mundo, com a queda de fronteiras políticas, ideológicas e há novas formas globais de re- ordenamento, não sem contestações.

No campo psicanalítico internacional há questionamentos também em relação ao reconhecimento do psicanalista, bem como à compreensão das articulações entre a realidade psíquica interna e externa, e seus desdobramentos éticos. “Não podemos ignorar.....que alguns consideram que não há nenhum lugar para uma ética dentro da psicanálise ou para uma ética da psicanálise, a lógica interna de seu discurso lhe basta, enquanto outros estimam que há na psicanálise uma ética específica do desejo e que é urgente que esta inscreva em sua prática e em suas instituições o discurso ético- político que lhe pertence...”(René Major,

As bases para os Estados Gerais, mimeo, 1999, trad. Helena B. Vianna, 3 p).

Sentimos, nas conversas realizadas, que o departamento precisa de uma identidade grupal para que possa se representar e ser representado, e que esta identidade ainda é fragmentária.

Queremos uma identidade grupal unificada? Por consenso? Por maiorias ou contemplando sempre, as diferenças? O que fazer com a repressão às singularidades? Como pode um psicanalista lidar com restrições e sobretudo com restrições de grupo e institucionais?

Percebemos que não há consenso em relação às lideranças dentro do departamento, enquanto uma instituição dentro de uma instituição maior que é o Sedes. Quando o departamento foi criado, havia a proposta política de se criar um departamento de pares, sem hierarquias.

- Qual o custo atual desta paridade?

- No "departamento de pares" devem desaparecer as lideranças?

- Qual a relação entre o custo e o benefício desta política?

- A visibilidade das lideranças corresponde a um amadurecimento do departamento ou re-acende narcisismos?

- Ou o mais desejável é ter representações democráticas e não hierarquizadas que respeitem a paridade e a desigualdade?

Estes são bons desafios para uma instituição da psicanálise!

Questões específicas entrelaçadas com as questões gerais

As relações do departamento com o Sedes evoluíram historicamente, e esta evolução se expressa em falas antagônicas quando se diz: quem vem para o Sedes, buscando uma formação em psicanálise, sabe o que está buscando e conhece e reconhece a Instituição Sedes. Estar no Sedes é um ganho. O Sedes é uma instituição visível, tem um lugar próprio no campo social e quando os psicanalistas começaram a se aglutinar no Sedes, o fizeram por motivos éticos e políticos, e a instituição Sedes, abrigou este desejo. Abrigou e apoiou. Deu um lugar para que o curso se instalasse, se constituísse e a partir daí a história da construção do departamento foi seguindo as veredas abertas.

O custo começa, quando já com visibilidade própria, o departamento e

vários de seus integrantes percebem que há limites para a autonomia plena do departamento. Há falas que dizem: não está claro e nem é tão óbvio assim, para muitos, o que significa estar no Sedes. Muitos buscam o curso -ou cursos, e não o Sedes. Há visibilidade suficiente hoje do curso, da revista Percurso, das atividades de membros do departamento em instituições de saúde, de ensino e acadêmicas, e em inúmeras participações psicanalíticas em áreas culturais, e também com a publicação de textos em revistas especializadas, a publicação de livros e de teses acadêmicas, no campo psicanalítico. Psicanalistas que vieram buscar o departamento, pedindo admissão, foram unânimes em falar da visibilidade acima expressa.

Logo a relação custo- benefício de pertencer a um departamento que está dentro de uma instituição que não é de psicanálise- Sedes- é uma questão que atravessa os diferentes lugares de trabalho do psicanalista, do departamento e no departamento. Embora a questão do dinheiro, ora apareça, ora seja opaca, há um consenso de que o trabalho voluntário, como membro no departamento e também na Clínica, é muitas vezes um peso. É um peso sobretudo porque o reconhecimento que poderia haver entre os pares, inúmeras vezes, não ocorre.

A questão do uso do dinheiro do departamento e a autonomia de sua administração, também é uma questão recorrente.

Talvez isto possa explicar porque o departamento foi se consolidando através de seus setores, grupos de trabalho, e dentro de suas próprias ameias, e nelas se encastelando. São grupos de trabalho dedicado, responsável, rigoroso, que ficam lado a lado, caminhando com suas específicas questões, muitas, comuns a outros.

Logo a relação com o Sedes e a relação com o campo psicanalítico mais ampla são boas e belas questões para uma política departamental .

Por outro lado, como o departamento hoje, não tem uma política para o Sedes e sobre o Sedes, e o Sedes não consegue ainda incorporar os departamentos como grupos com os quais não tem vínculo trabalhista mas ao mesmo tempo reconhecendo (ou precisando reconhecer) que os departamentos são pulsações intermitentes dentro do Sedes, mantendo viva a vertente psi da Instituição, são questões de dupla mão que necessitam uma urgente e madura reflexão, por corolário, de dupla mão.

Para a constituição de uma identidade não fragmentada, é necessário que se reconheçam reciprocamente os membros do departamento e o departamento e a instituição Sedes.

Pretendendo iniciar um caminho que possa dar conta destas questões apresentamos algumas propostas, que estarão reunidas na segunda parte deste documento, com o título: área de relações internas, propostas.

Propostas

No ano 2000, realizamos duas reuniões de trabalho, totalizando 5 reuniões da área de relações internas: 25 de outubro, 23 de novembro, 14 de dezembro, (1999); 16 de fevereiro e 1 de março (2000). Com o objetivo de viabilizar as discussões referidas na parte 1 deste documento - **Pontos para uma reflexão**, encaminhamos três propostas:

A: Realizar um colóquio, no departamento, que preencha duplo objetivo:

1. Debater temas relativoa ao campo psicanalítico contemporâneo;

2. Debater formas de organização institucional.

B: Discutir a relação do departamento com uma clínica institucional.

C: Discutir nova forma de gestão para o departamento.

Estamos propondo uma gestão do departamento que seja constituída por um **Conselho de Direção** que contemple as seguintes áreas:

1. Relações Internas
2. Relações externas
3. Administração (tesouraria)
4. Cursos (Psicanálise; Conflito e Sintoma; Psicopatologia Clínica e Clínica Contemporânea)
5. Grupos de estudos externos
6. Grupos de formação contínua (Grupo Espaço de trabalho; Grupos de Estudo; Grupos de Pesquisas).

7. Clínica

8. Publicações

9. Eventos

10. Comissão de admissão

Integrariam também o Conselho de Direção:

Representante do departamento no núcleo de departamentos

Representante do departamento no núcleo de cursos

A formação deste Conselho e seus membros seria conhecida previamente, através da organização de chapas que viessem a se compor, preenchendo as diferentes funções acima referidas. O programa das chapas e suas propostas específicas deverão contemplar as decisões políticas tomadas pela assembléia do departamento. A incrição das chapas, votação e prazos devem ser objeto de discussão na assembléia, após decisão sobre a nova modalidade de gestão.

ÁREA DE RELAÇÕES EXTERNAS

Articulador: Mario Pablo Fuks

Introdução

Conforme o discutido e resolvido na Assembléia Geral Extraordinária de 26/06/1999, coube às diversas áreas de responsabilidade do Conselho Diretivo do Departamento de psicanálise, nesta primeira etapa do novo modo de gestão(até março/abril do próximo ano), como meta principal, contribuir para uma explicitação, descrição e análise das diversas questões e possibilidades que atravessam e configuram o campo complexo em que se situa e atua o Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae e que interessam a seu funcionamento e desenvolvimento e que sirva para estabelecer políticas, ou seja prioridades e metas específicas para as diferentes áreas de realização, no tempo delimitado de gestão.

Podemos constatar que o Departamento é objeto, hoje em dia, de um considerável reconhecimento tanto pelas atividades que realiza dentro do marco geográfico do Instituto como pela atividades que seus membros ou setores desenvolvem em outros espaços "através" ou "em representação" do mesmo.

Este reconhecimento favorece a implantação de novas atividades e um agir e intervir ativamente em diversos espaços e movimentos consoantes com nossos objetivos científicos, políticos e culturais e que retroagem enriquecendo nossa vida intra-institucional e nossa produção. Sabemos, por outro lado, que o isolamento pode ser lesivo ou fatal, tendo sido esta questão objeto de consideração ao longo de toda a história do movimento psicanalítico. Jogam-se, neste terreno aspectos fundamentais no que se refere à concepção que se tem da psicanálise e que vão além (ou aquém) de suas organizações.

Constituição e Trabalho

Definida como uma das áreas de trabalho do Conselho, cabe à área de Relações Externas definir o que constitui essa exterioridade. O grupo se constituiu sob a articulação de Mario Fuks com as participações de Fátima Milnitzky, M. Beatriz C. Carvalho e Verônica M. de Melo.

A área inicia seus trabalhos entendendo que para historiar e mapear

uma política de relações externas praticada pelo Departamento deveria primeiro discutir os limites daquilo que a constitui enquanto externa. Tal discussão nos levou a delimitar duas grandes fronteiras. A primeira seria externa ao departamento, porém interna ao Instituto, composta pelos outros departamentos que trabalham com a psicanálise. A segunda seria externa ao departamento e ao Instituto, dentro do campo psicanalítico e além dele. A partir deste ponto elaboramos um questionário para que cada membro e/ou setor pudesse, ao responder, fornecer os elementos necessários ao mapeamento dos contatos e interlocuções com instituições, grupos ou pessoas significativas, do campo psicanalítico ou não, que constituíram a história das relações dos diversos setores e grupos de trabalho.

Nosso objetivo com este mapeamento era ter uma visão mais clara da história das relações do Departamento com o externo até então, assim como obter sugestões para a formulação de políticas e diretrizes para esta área.

O questionário foi elaborado contendo as seguintes questões:

1. Com quais instituições, grupos ou pessoas o setor manteve contato na execução e desenvolvimento de seu trabalho?

2. Que objetivos motivaram os contatos?

3. Que tipo de colaboração, intercâmbio ou convites foram realizados?

4. Quais desses contatos permanecem?

5. Algum membro do setor participou em mesa-redonda, palestra, conferência, curso, encontro ou fórum em representação do setor, do departamento ou do Instituto?

6. Com que instituições, grupos ou pessoas o setor mantém correspondência regular?

7. Você tem sugestões a fazer acerca de com quais instituições, pessoas, ong ou grupo, do campo psicanalítico ou não, seria interessante para o departamento estabelecer relações?

Apenas dois setores enviaram suas respostas e sugestões. Concluímos então que deveríamos organizar um novo pedido. Enviamos questionários individuais aos membros do Departamento.

Também tivemos contato com um documento de registro de inúmeros

eventos como mesas redondas, palestras, seminários etc. que contaram com a participação de pessoas ou instituições de fora do Departamento. A idéia é que a partir de uma análise de todo material pudéssemos aportar elementos úteis para os objetivos da área.

Apesar da boa qualidade das respostas que obtivemos com os questionários, o retorno foi bem abaixo das nossas expectativas.

Como podemos entender ou interpretar o baixo índice de respostas ? Este dado também é revelador do momento atual do Departamento?

Iniciamos uma análise nos perguntando se a estratégia que utilizamos foi equivocada. Talvez um contato direto com os setores, grupos ou pessoas tivesse nos trazido um melhor resultado. A opção que fizemos por esta modalidade de levantamento levou em conta a época em que este deveria ocorrer, final e começo de ano, quando todos estão com seu tempo já bastante comprometido.

Desta forma, destacamos alguns trechos das respostas que nos foram enviadas, que reproduzimos a seguir e que servem como indicadores que poderão nortear os trabalhos nesta área:

· A Percurso mantém contato com autores e leitores da revista, basicamente. Com os leitores, o contato se dá por ocasião da assinatura, e através da resposta a e-mails enviados (cerca de 100 por mês). Com relação aos autores, além da correspondência específica sobre o artigo que escreveram, são convidados para as discussões, mas a título pessoal. Assim, no sentido estrito geral a revista não mantém contatos com instituições externas

· Na maior parte das vezes, a participação de membros em atividades fora do Departamento(palestras, seminários, etc.), se dá a título pessoal.

· "...Minha opinião pessoal é que o Departamento deveria ter uma forte participação em todo tipo de âmbito congruente com sua vocação, que é ao mesmo tempo de formação, de atuação social e política, e científica. Isso requer um planejamento cuidadoso, um esforço colossal, e sobretudo uma mudança na mentalidade que a meu ver predomina entre nós, que é a da "splendid isolation".

· "Eu agrego apenas a perspectiva da revista promover iniciativas que reunam, por exemplo, a nossa e outras instituições, em discussões amplas ao grande público sobre assuntos de importância social e que depois,

seria nossa revista a abrir uma sessão para 'levar aos leitores as idéias debatidas. Ex. mais óbvio: questão da violência. Há mil problemas que podem ser pinçados e discutidos por psicanalistas... como o envelhecimento, a paternidade e maternidade feita a partir desses "milagres" da reprodução humana, o uso de drogas, o desemprego, o uso da imagem infantil, sob apelo sexual, na venda de produtos mil, a corrupção da infância na vida dos menores de rua, os efeitos psíquicos da fome e mais todos os temas atuais...os psicanalistas poderiam criar um espaço na mídia onde dizer e esclarecer sobre outro aspecto a questão."

· "...iniciar contato com a possível futura prefeita de S. Paulo, Marta Suplicy, para colaborarmos em algum projeto de Saúde Mental da prefeitura; maior contato com outros cursos do Sedes que possam desejar aulas ou palestras sobre psicanálise para completar a formação dada nestes cursos: ex. Reich, psicopedagogia, etc.; contato com Abrinq para oferecer serviços."

Discussão-Análise-Conclusões

A partir das reuniões foram aparecendo vários contornos que podem ajudar a melhor definir esse *exterior*:

· O campo psicanalítico

· As instituições não psicanalíticas com as quais temos feito algumas parcerias: Secretarias Estaduais e Municipais; Instituições de Saúde, Educação, Instituições acadêmicas etc.

· O mundo "lá fora": a realidade social, cultural, política e suas instituições e o complexo papel da mídia

Analisamos alguns indicadores de intercâmbio entre o Departamento e o externo que foram processados no decorrer de nossos trabalhos:

1. Dentro do campo psicanalítico viemos, pela diversidade de nossa própria associação, fazendo contatos pontuais com outros grupos de psicanalistas em torno de tarefas específicas. Mesmo dentro do Instituto Sedes, na nossa vizinhança, temos grupos de psicanalistas que tiveram sua origem no nosso Departamento e posteriormente se diferenciaram: Psicanálise da Criança e Psicossomática. Foi lançada uma sugestão, através de carta dirigida aos cursos em 1999, de que pudéssemos estabelecer parcerias entre esses grupos para discussões de temas comuns

e a divulgação dos desenvolvimentos psicanalíticos produzidos no Instituto. Isso caberia à área de Relações externas ou Relações internas?

2. Entre as instituições não psicanalíticas estão incluídas uma série ainda maior de pontes necessárias para a realização de trabalhos. As instituições acadêmicas – PUC, USP etc., têm cada vez mais incluído em seus programas estudos de teoria psicanalítica. Dado que os nossos cursos e seminários têm como especificidade o eixo da clínica, pouco comum nas universidades, poderia ser interessante abrir algum espaço para pesquisadores em nossos grupos de trabalho teórico-clínico e, desta forma, conectar a clínica com a pesquisa. Alguma espécie de convênio? Mais uma vez estamos tocando um aspecto que faria parte tanto da área de relações externas quanto de outra área de trabalho: a área de pesquisa.

3. Há outros níveis de intercâmbio possíveis com instituições de prestação de serviço de saúde, de educação, públicas ou privadas que poderiam proporcionar um outro leque de atuações conjuntas.

4. CRP é outra instância com a qual parece importante que possamos manter contatos. Há, por exemplo, a questão da regulamentação dos cursos de especialização que lá está sendo debatida com a participação de representantes do Sedes.

5. As relações externas podem multiplicar-se dependendo da prioridade política do Departamento. Cada gestão vai priorizar um campo ou outro e parece fundamental explicitar quais são as prioridades em cada gestão. Fica óbvio também que qualquer proposta não pode ser levada em frente apenas pela área de relações externas, mas numa conjugação com outras áreas de trabalho como: eventos, cursos, relações internas, pesquisa, seminários, publicações, etc.

Por fim, no item relação com o “mundão”, vai se tornando evidente a necessidade de que o nosso Departamento possa se pronunciar sobre vários acontecimentos socialmente significativos para os quais cabe a leitura de um psicanalista. Temos alguns dentre os nossos membros que escrevem freqüentemente em jornais, revistas etc., mas são intervenções que não têm como proposta apresentar o pensamento e as produções do Departamento. Também não temos entre nós a delimitação da tarefa de produzir textos para publicação nestes meios de comunicação. Os temas e as possibilidades são várias mas nossa agilidade está um pouco enferrujada.

Propomos a criação de uma secretária de imprensa- que não seja mais uma área, mas que se constitua como instrumento de difusão de uma política de relações externas. Esta sugestão pode causar polêmica, mas pretende levar ou trazer o Departamento para a "era da comunicação", colocar o nome do Departamento em circulação e apresentar, através destes textos, os vários trabalhos aqui realizados.

Estamos fazendo um grande esforço para aperfeiçoar os mecanismos de reconhecimento interno, antiga questão dos integrantes de nossa comunidade. No entanto, pode ser muito interessante sair do casulo e produzir retornos para o conjunto. Já que estamos buscando abrir o Departamento, multiplicar seus lugares de fala pode ser muito importante.

Funções

Dentre outras funções que poderão vir a ser definidas como de competência da área de Assuntos Externos se encontram:

1. O conhecimento das instituições pertinentes ao campo de interesse.

2. O estabelecimento de um banco de dados. Identificação de contatos, podendo-se recorrer ao conhecimento dos membros do Departamento, correspondência recebida, revistas, etc.

3. Devem atualizar-se os endereços e notícias referentes a pessoas que participaram em eventos. A lista dos eventos realizados e seus participantes, desde o início do Curso e do Departamento, mostram o interessante que pode ser manter esses contatos.

4. Estabelecimento de vínculos com outras instituições:

· Podem variar desde intercâmbio de informações, de publicações e trabalhos, até convites, acordos para a realização conjunta de eventos etc.

· O Departamento tem que contar com material de "apresentação". Temos "folders" para atividades setoriais, mas não temos nenhum que informe do Departamento em seu conjunto.

· O intercâmbio de coleções completas de revistas, ou o início de assinaturas recíprocas, poderia ser um recurso interessante.

Os contatos e relações com outros grupos e instituições:

A quantidade de organizações e instituições que povoam o campo psicanalítico, acrescentadas àquelas situadas no mundo psi e afins, permitem prever a necessidade de um trabalho "básico" de criação de "rotinas" de contato, paralelo à definição de escolhas e prioridades baseadas nos princípios gerais que norteiam o Departamento e nos objetivos específicos que possamos estabelecer para cada período de gestão. A identificação que se possa estabelecer, em geral e em cada conjuntura com outro grupo ou instituição que possibilite um reconhecimento mútuo é importante. Nos casos em que isso não seja fácil, pode aspirar-se, no entanto, a que as relações ou intercâmbios que se possam estabelecer se desenvolvam, no mínimo, em termos de reciprocidade.

Esta discussão é delicada. Envolve desde a questão das diferenças internas, tão tematizada no Departamento, que pode expressar-se em afinidades e filiações de uma "parte" que se constituem em um problema para o "todo", até a questão que se coloca, para cada membro, de optar (as vezes como "falsa oposição") entre circular *a título pessoal* ou fazendo parte de um *conjunto* num espaço público maior.

Possivelmente algo disso explica, também, a pouca resposta ao questionário, mais além das considerações já realizadas em quanto à eficácia do recurso utilizado (questionário por correio). É evidente que se trata de questões complexas e delicadas, nas quais, quando se avança, isso só acontece lentamente.

É de grande valor para o processamento das mesmas a recuperação que se vai fazendo de nossa história inserida no contexto mais amplo da história do movimento psicanalítico e do campo social, cultural e político em seu conjunto. Têm contribuído para isso eventos como os 20 Anos do Sedes, a introdução dos estudos e discussões sobre a história do movimento psicanalítico no *curriculum* do Curso de Psicanálise, alguns eventos do Departamento etc.

ÁREA DE CURSOS – CLÍNICA

Articuladora: Maria Aparecida Kfouri Aidar

O que segue é o resultado das discussões ocorridas entre professores dos cursos, terapeutas da clínica do Instituto (coordenadores de equipes clínicas) e participantes do projeto de clínica do Departamento (1984-1992). Também realizamos duas reuniões com alunos dos cursos que atendem na clínica atualmente (terapeutas-alunos e estagiários) e discussões internas a cada curso. Participaram deste grupo de trabalho – de forma freqüente ou pontual -, Ana Maria Sigal, Angela Santa Cruz, Cida Kfouri Aidar, Cleusa Pavan, Cristiane Sammarone, Fátima Vicente, Heidi Tabacof, Lucia Fuks, Mara Caffé, Maria Auxiliadora Arantes, Maria Beatriz Costa Carvalho, Maria Sílvia Bolguese, Renata Caiafa e Roberta Bertone.

Como já veiculado – através de mala direta e do Boletim – nosso trabalho foi aberto a todos os membros do Departamento, e organizado em reuniões temáticas, cujo articulador foi a clínica, tanto no sentido da prática da psicanálise, quanto no das parcerias possíveis entre cursos e clínica do Instituto.

Há dois termos que orientaram as discussões: autonomia e articulação. Isto é, pensamos na especificidade de cada curso e quais parcerias possíveis. Foram muitas as questões surgidas, desde as específicas sobre formação e transmissão até questões como: qual o nosso público; como nos inserimos no campo psicanalítico; no que as mudanças de mercado nos afetam; qual a diferença entre a formação que oferecemos e a formação acadêmica nas universidades: como nos organizamos para receber alunos que cada vez mais desejam participar da clínica, seja para começar a praticar, seja pelo interesse pelo projeto, seja pela falta de outras oportunidades (a crise dos consultórios privados, a falência do sistema público de saúde). O trabalho sobre estas questões é tarefa permanente.

Reafirmamos nossa concepção de formação teórico-clínica, o que significa que ensinar psicanálise é fazer trabalhar, mobilizar essa relação.

Essa idéia associada à implantação da clínica de serviços no Sedes- e ao fato de que cada vez mais nossos alunos têm se interessado e ingressado

na mesma- conduziu nossas discussões a pontos convergentes: *que políticas propomos, quais parcerias possíveis, como nos posicionamos em relação à clínica do Sedes?*

Nesse momento de implantação da clínica de serviços é fundamental trabalharmos em conjunto para possibilitar o desenvolvimento de uma prática institucional da psicanálise, que amplia a formação para além dos consultórios privados, o que parece vir ao encontro da demanda de nosso tempo e quem sabe aponta para um futuro possível da prática clínica. Isto é, trabalhar não só no sentido de atender demandas, mas também de criá-las, oferecendo outras possibilidades, função que já foi desempenhada pela rede pública.

O Curso de Psicanálise tem levado essa discussão em conjunto com a Clínica através de representação no Centro Clínico. É interessante estendê-la também aos outros cursos do Departamento para definirmos políticas conjuntas de participação, trabalhando por uma otimização dos atendimentos, oferecendo suporte de supervisão. Enfim, ampliando o trabalho na formação clínica.

Qual o melhor caminho para nos implicarmos nesse processo? Que concordâncias, discordâncias, dúvidas e sugestões temos para o aprimoramento do projeto da clínica? Esse é o desafio para o momento atual.

Embora nem cursos nem Departamento* tenham formulado políticas claras em relação à clínica do Instituto, é preciso reforçar que sempre houve ao menos uma definição coerente com nossos princípios: não concordamos com a clínica-escola a serviço das aplicações na prática do que se aprende nas aulas. Isto é uma decorrência e não um objetivo; a teoria está a serviço do tratamento e não o paciente a serviço da comprovação do método. Foi justamente a concepção de uma clínica de serviços o que motivou - entre 1984 e 1992 – políticas específicas de clínica do Departamento, posto que no Instituto o trabalho desenvolvido era de uma clínica-escola a serviço dos cursos, sem nenhuma organicidade no seu funcionamento. Houve projetos pontuais com suas próprias vicissitudes (que não vêm ao caso aqui) que desembocaram na passagem de alguns de seus participantes para o projeto atual da clínica do Instituto que, justamente, vem implantar a clínica de serviços (com todas as dificuldades implicadas num instituto com tantas diversidades como é o Sedes).

Apesar do fato de cada curso ter sua especificidade e de não estar definido se os alunos dos cursos de aperfeiçoamento podem atender na clínica, pensamos em políticas comuns.

Temos atualmente três cursos em funcionamento. O que segue consta do caderno

de divulgação Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento 2000 do Sedes:

Psicanálise

Especialização, 4 anos de duração.

Destinado a profissionais universitários que já tenham percurso de análise pessoal, estudo teórico psicanalítico e prática clínica.

Os objetivos fundamentais são trabalhar sobre os conceitos e operadores que fundamentam a clínica psicanalítica e conduzir uma leitura aprofundada do texto freudiano (e outros autores), visando acompanhar a formação do aluno analista.

Clínica Psicanalítica: Conflito e Sintoma

Aperfeiçoamento, 1 ano de duração.

Destinado a profissionais universitários (de qualquer área) que se interessem pela teoria psicanalítica como instrumento para abordar a subjetividade. Não requer prática clínica e não pretende acompanhar a formação.

O curso pretende oferecer uma abordagem inicial dos instrumentos necessários para pensar a clínica psicanalítica através da leitura das obras de Freud, promovendo uma aproximação aos conceitos fundamentais da teoria, tendo como eixo o conflito e o sintoma.

*Foi encaminhada proposta, através da Área de Relações Internas para que o Departamento se posicione em relação à clínica do Instituto.

Psicopatologia Psicanalítica e Clínica Contemporânea

Aperfeiçoamento, 1 ano de duração.

Destinado a médicos, psicólogos, psicanalistas e outros profissionais com formação universitária ligados à área de saúde que possuam alguns fundamentos teóricos em Psicanálise e alguma prática clínica,

interessados numa abordagem psicanalítica das problemáticas que o curso pretende trabalhar. Partindo das novas demandas com que se depara a prática clínica , o curso toma como ferramenta a teoria psicanalítica para abordar essas formas de sofrimento psíquico ligadas aos novos modos e/ou vicissitudes da subjetividade.

No que diz respeito à supervisão, o curso de Psicanálise oferece três anos de supervisão grupal e um ano de supervisão individual ; Conflito e Sintoma não oferece supervisão e Psicopatologia Psicanalítica... oferece supervisão grupal.

Até o momento, nenhum dos três cursos têm supervisão destinada aos atendimentos feitos por nossos alunos na clínica institucional do Sedes.

CURSOS E CLÍNICA DO INSTITUTO

Embora não seja imprescindível é cada vez mais conveniente que nossos alunos atendam na clínica. Além do interesse pelo projeto, as condições de freqüente despreparo, as dificuldades de se estabelecerem consultórios particulares e a falência da saúde pública (como dispositivo institucional válido) são alguns – bons – motivos para o crescente interesse dos alunos em ingressar na clínica do Instituto.

O ponto de partida está dado: a implantação da clínica de serviços.

Como nos posicionamos?

Um princípio fundamental: entrar nos cursos não significa entrada automática na clínica. Esta deve ter seus próprios instituintes.

Nesse sentido, se consideramos importante a participação na clínica institucional, é coerente que orientemos nossos alunos a entrar nas equipes clínicas, onde terão a oportunidade dessa prática. A partir daí desdobram-se as seguintes questões:

- Participar como? Atualmente, para entrar numa equipe é preciso passar em concurso para estagiários. O estágio requer seis horas semanais de trabalho, das quais duas são destinadas às reuniões de equipe. Nem sempre o aluno terá tal disponibilidade, por razões que variam de impedimentos da vida prática a questões subjetivas referentes ao momento da formação e à possibilidade de entrar numa equipe em que terá que se responsabilizar por atendimentos, quando talvez não esteja pronto para assumir tal compromisso. Há uma proposta em circulação,

com a qual concordamos, vinda das próprias equipes clínicas e de alguns cursos, para que se *flexibilize* o estágio. Ela precisa ser aprimorada mas, em princípio, essa flexibilização se fará em dois sentidos: quanto à exigência atual de carga horária e quanto ao nível de formação. A partir disso, está em discussão a criação de dois níveis de estágio: no estágio I o aluno participa de uma equipe, das discussões clínicas dos casos atendidos por esta, faz observações de certos atendimentos (por ex. grupos de recepção) e toma pacientes de acordo com seu momento de formação. O estágio II, destinado a terapeutas que já tenham algum percurso clínico, segue o modelo atual.

- Outra questão: como resolver a inserção do terapeuta aluno na clínica? Esse terapeuta é remanescente da clínica escola; é aquele que entra na clínica através de uma "passagem de caso" feita pelo coordenador do Centro Clínico em conjunto com o representante do curso ao qual o aluno pertence. Nesse regime de clínica, os atendimentos acompanham o período escolar: férias do curso, férias do atendimento; o aluno continua aluno e não terapeuta. Embora a maioria de nossos alunos que participam da clínica seja de estagiários, há alguns terapeutas-alunos.

Estes ficam soltos, sem dispositivo que os acolham e têm uma queixa recorrente de solidão dentro da clínica.

Estamos preocupados em fazer trabalhar a função do terapeuta-aluno: devem ser incluídos nas equipes (a partir desse projeto de flexibilização do estágio)? Se isso ocorrer, passam a ser estagiários? Criamos algum outro instituinte para essa função? São questões em discussão no âmbito Clínica-Cursos (ao nível do Instituto), mas desde já nossa posição é clara: *o aluno é terapeuta na clínica e tem que participar de algum instituinte aí.*

A partir disso, somos imediatamente remetidos a uma questão básica que pede resolução o mais rápido possível: a supervisão para os atendimentos feitos na clínica, o que significa assumir nosso lugar como formadores desses profissionais que nos procuram na condição de alunos dos cursos.

Houve momentos em que o Curso de Psicanálise ofereceu supervisão específica para os atendimentos da clínica, mas há algum tempo isso não acontece. Esta também é uma questão em discussão no âmbito Clínica-Cursos, no sentido de pensar o melhor dispositivo para essa

atividade e há possibilidade de que esta venha a se instituir a partir do segundo semestre deste ano.

Propomos que a supervisão se dê no âmbito dos cursos. A partir daí, surgem algumas questões:

- Que nível de participação o supervisor teria na clínica? É recomendável que participe de algum dispositivo intrínseco a ela? Uma escuta de fora seria menos contaminada?

- Esta supervisão vale como uma supervisão do curso, ou é uma supervisão a mais para quem atende na clínica?

- Qual a responsabilidade do supervisor? Na clínica-escola ele é responsável pelo caso. Em nossa concepção, a responsabilidade é da clínica, dos terapeutas e dos supervisores. Enfim de todos os envolvidos no atendimento institucional. Nossos alunos não são graduandos mas sim profissionais e, na clínica, são terapeutas. São colegas nossos com pouca ou nenhuma experiência e/ou conhecimento teórico. É por isso que nos procuram. Para aprender. Assim se estabelece a assimetria necessária para a formação.

- Uma última questão: os alunos dos cursos de aperfeiçoamento podem e/ou devem atender na clínica? Isso também está em discussão no âmbito cursos-clínica: em princípio não podem atender, na medida em que sua permanência nos cursos é de um ano, pouco tempo para entrada e tomada de pacientes. Além disso, em sua grande maioria, esses cursos não oferecem supervisão. As opiniões variam. No que se refere aos cursos de aperfeiçoamento de nosso Departamento, há um crescente interesse de que alguns de seus alunos possam atender na clínica do Instituto.* A demanda crescente e o lugar que a clínica vem ocupando faz com que tenhamos que repensar as inserções.

Apesar dessa discussão ainda está se processando, a clínica aceitou, no momento, alguns alunos dos cursos de aperfeiçoamento para um estágio de um ano, desde que estivessem em supervisão.

No curso Clínica Psicanalítica: Conflito e Sintoma essa questão se colocou a partir de solicitação de supervisão feita a seus professores, por parte dos alunos que estão estagiando na clínica. *Como responder a essa solicitação vinda de uma parcela específica de alunos, sem descaracterizar a proposta do curso?* Além disso, sendo um curso que

não oferece formação clínica, a seleção não avalia se os alunos estão aptos a estagiar.

Apesar disso, por entender que para *alguns* alunos desse curso a experiência de estágio na clínica pode ser interessante e condizente com seu momento de formação, pela necessidade de supervisão para esses atendimentos e por compartilhar com a idéia de trabalhar em parceria com a clínica, o curso se propõe a *oferecer supervisão para os alunos que estejam fazendo o estágio, desde que sejam considerados aptos à prática clínica (pelo curso e pela clínica em conjunto). Ainda, o estágio deve estar vínculado ao compromisso do aluno de cursar o segundo ano optativo.*

Reafirmamos que todos os alunos que atendam na clínica - de qualquer curso do Departamento - deverão receber supervisão para esses atendimentos trabalhando os casos, o grupo e o movimento institucional. Essa é sua especificidade.

Pensamos em como não infantilizar os alunos e, ao mesmo tempo, como ser cuidadosos no manejo necessário das transferências envolvidas na formação e no reconhecimento das diferenças.

Essas são questões importantíssimas para o momento atual. Se formos coerentes com o princípio da formação permanente, estaremos o tempo todo refletindo sobre nossa prática onde quer que ela se exerça, e abertos às transformações necessárias.

Para finalizar, sintetizamos os pontos de uma política mínima para relações Cursos-Clínica:

- *Apoio à clínica de serviços e discussão sobre suas propostas e implantação;*

- *Esclarecimento a nossos alunos de que a clínica tem seus próprios instituintes e incentivo a que participem;*

- *Supervisão no âmbito dos cursos para os atendimentos feitos por nossos alunos na clínica do Instituto (dispositivo em elaboração).*

Esperamos ter contribuído para esse momento de reflexão no Departamento. Esse é, ao menos, um começo.

ÁREA DE GRUPOS DE ESTUDOS

Articuladora: Daisy M. R. Lino

A ÁREA GRUPO DE ESTUDOS, conforme resolução da Assembléia Geral Extraordinária de 26/06/99, encaminhou seus trabalhos para "estabelecer linhas políticas que norteiem a formulação de programas e a conseqüente proposição de chapas"[1] .

Para tal esta área trabalhou em: 4 reuniões – de agosto a dezembro – no Sedes; reuniões via Internet e telefônicas. Contou com a participação de vários colegas membros do Departamento. Foram eles: Aline Gurfinkel, Ana Cristina Lopérgolo, Ana Lúcia Panachão, Beatriz Mecozzi, Izabel Cristina Rios, Ismênia de Camargo, Lilian Fogaça, Marise B. Bastos, Pátricia Madi.

O procedimento escolhido para atingirmos os objetivos propostos em Assembléia foi o de discutirmos a partir dos documentos elaborados pelos agrupamentos relacionados nesta área (Seminários Livres, Setor grupo de Estudos, Grupo Espaço de Trabalho, Núcleo de Psicanálise e Complexidade e o Núcleo de Pesquisa ambos em constituição), quanto as suas formas de funcionamentos, objetivos, critérios e questionamentos próprios.

Vale ressaltar que os trabalhos se desenvolveram em um clima de constante troca, cooperação e respeito frente as diferenças e divergências, buscando-se pensar o Departamento que desejamos para viabilizar o desenvolvimento dos nossos projetos de formação permanente, de trocas e reconhecimento entre pares.

Em nossa última reunião no Sedes (30/11/99), esta Área chegou às seguintes elaborações que se prestam a embasar futuras linhas políticas que se ocupem em pensar esses agrupamentos:

- Reiteramos que o nome da área de articulação como *Grupos de Estudos* gerou equívocos vários e não se mostrou adequada para contemplar as diferentes peculiaridades dos agrupamentos.

- Consideramos que não é adequado tentarmos enquadrar todos os agrupamentos em formas já existentes ou numa forma criada para isso. As particularidades de cada um só tendem a enriquecer o coletivo, não representando qualquer ameaça à organização do todo.

- Observamos que os próprios setores não são iguais entre si e estabelecem suas diferenças através de estatutos próprios. No caso dos agrupamentos novos, pensamos que cada um teria como premissa constituir-se por membros do departamento e aceitar passar pelo seguinte processo de formação:

1. Quaisquer membros podem organizar um agrupamento com finalidade e princípios específicos relatados em proposta a ser entregue à comissão diretiva.

2. Aprovado pela comissão, o agrupamento terá o prazo de um ano para ir se moldando conforme sua proposta inicial ou se remodelando conforme a vivência prática de sua proposta.

3. Após um ano o agrupamento deve entregar à comissão diretiva um documento definindo-o perante o coletivo.

4. O agrupamento será apresentado formalmente para os membros do departamento em ocasião anunciada, na qual deverá expor suas idéias, funcionamento, formas de entrada de outros membros, etc.

- A participação de não-membros em cada agrupamento, assim como as possíveis parcerias destes com outros grupos desta ou de outra instituição, são possibilidades que devem ser estudadas caso a caso, considerando a natureza do trabalho de cada agrupamento e suas implicações.

Encerramos nosso trabalho, nessa reunião, concluindo que deve haver no Departamento meios explicitamente definidos (como o que acabamos de propor) para a formação e funcionamento de novos agrupamentos, assim como uma maior transparência dos já existentes no tocante à modo de funcionamento, épocas de abertura para ingresso de novos participantes, divulgação dos critérios de escolha, etc.

Mediante as diversas possibilidades de organização, funcionamento e custeio dos agrupamentos é fundamental que o montante dos recursos obtidos com a anuidade seja repensado em sua distribuição, de tal maneira que os membros possam viabilizar seus projetos e interesses na formação sem que para isso necessitem criar de imediato dispositivos de aprovisionamento próprio.

Alertamos para a necessidade de, frente às nomeações novas para os agrupamentos (por exemplo: Núcleo), apresentarem-se explicitações

claras do que está sendo constituído, pois há significativas diferenças em suas proposições. Pode-se então tomar um pelo outro incorrendo-se em enganos.

[1] Comunicado de Julho/99 do Conselho Diretivo

ÁREA DE EVENTOS

Articuladora: Giovanna Bartucci

O material que se segue é o resultado do trabalho realizado pela Área Eventos, trabalho este feito no sentido de propiciar um redimensionamento das diretrizes que irão (ou não) reger esta área do Departamento, fundamentalmente, de acordo com as necessidades e expectativas de seus membros. Inicialmente, a articuladora realizou entrevistas com membros do extinto Setor de Eventos. Na seqüência, constituiu-se um grupo de trabalho que procedeu a uma primeira pesquisa junto a todos os membros do Departamento com o objetivo de levantar as necessidades e expectativas que os mesmos têm em relação a esta Área. O retorno desta primeira pesquisa foi de aproximadamente 15%. Verificou-se, num primeiro mapeamento, que algumas das principais necessidades e expectativas dizem respeito a:

1. eventos que, com a qualidade de introduzir o novo, promovam a troca plural, transmissão, ampliação de idéias entre pares, entre instituições e entre diferentes áreas do saber e da cultura;

2. quanto a sua formatação, tais eventos podem ser periódicos, ou seja, dentro das atividades regulares, não-periódicos, ou seja, fora das atividades regulares, abertos para o público em geral ou somente para os membros do Departamento. Podem, também, ser de pequeno ou grande porte;

3. os eventos devem promover também maior visibilidade do Departamento, uma vez que uma das principais vocações desta Área seria a de representar sua face externa;

4. quanto ao que se refere a função mais específica da Área Eventos, há a expectativa de que a mesma conduza e mantenha uma política transparente e democrática, sintonizada com o interesse coletivo; contudo, há diferentes opiniões quanto a “dinâmica” da Área, alguns sugerem que a mesma tenha o papel de idealizar, deliberar, organizar e viabilizar os eventos do Departamento em geral, enquanto outros entendem o funcionamento da área como o de apoio consultivo e técnico para a realização de eventos;

5. no que diz respeito a política que deverá reger esta Área, constatou-

se que as necessidades e expectativas dos membros do Departamento são diversas. Nesse sentido, torna-se importante explicitá-las e fazê-las circular para que possamos, num futuro próximo, delinear tal política de forma correspondente. Assim, as necessidades e expectativas dos membros dizem respeito a:

· ampliação de conhecimento teórico-clínico dos membros, aliada a uma vitalização da relação entre os mesmos;

· troca e exposição da produção dos membros;

· necessidade de trazer a discussão clínica para dentro do Departamento, por meio de grupos de supervisões;

· a ampliação e fortalecimento das relações internas, entre membros, setores ou grupos do Departamento;

· discussão e conhecimento de temas e questões atuais que estejam atravessando o amplo campo psicanalítico, assim como o conhecimento de autores nacionais e estrangeiros cujo trabalho seja instigante;

· troca inter-institucionais por meio da realização de eventos em co-parceria com outras instituições como centros de psicanálise, universidades etc.;

· dar a oportunidade para que seus membros desenvolvam seus projetos de eventos;

· propiciar espaços de cumplicidade e troca que não se restrinjam ao estudo psicanalítico *strictu sensu.*

Num segundo momento, um segundo questionário foi enviado aos membros, na sua totalidade, elaborado a partir das diferentes respostas/ idéias sugeridas pelos próprios membros no primeiro questionário e teve como objetivo circunscrever mais detalhadamente as expectativas dos mesmos em relação a política para a Área Eventos/ departamental para o próximo biênio (2000-2001). Como no primeiro, obtivemos 15 % de respostas. Assim, os resultados, em percentuais acima de 60%, são os que se seguem.

1. Quanto a uma definição geral de "EVENTO" para os membros do Departamento:

· Espaço coletivo que possibilita a troca plural, encontro com a diversidade = 82,60%

· Acontecimento com a qualidade de introduzir o novo, marca uma quebra, ruptura na linha do tempo, numa determinada rotina, ordem ou organização = 65,21%

2. Quanto a sua forma:

· Não periódico (fora das atividades regulares) = 95,65%

· Aberto (para o público em geral) = 95,65%

· Grande (para um público maior, com o objetivo de projeção, de ampliação de trocas sociais ou de contato com a diversidade — promoção do maior intercâmbio possível de idéias) = 91, 30%

· Pequeno (para um público menor, com maior possibilidade de participação e trocas pessoais) = 78, 26%

· Fechado/ Interno (para os membros do Departamento) = 69,56%

3. Quanto a sua função (de):

· Circulação e debate de idéias = 86,95%

· Intercâmbio com outras instituições = 78,26%

· Produzir novas conexões, contato com a diferença = 73,91%

· Visibilidade externa da instituição: exposição e divulgação dos trabalhos de seus membros para e na Comunidade = 69, 56%

· Transmissão e produção de conhecimento = 69,56%

· Visibilidade interna da instituição: promover maior transparência interna via a exposição da produção de seus membros = 65,12%

· Fomentar o amadurecimento institucional do Departamento = 65,21%

· Atualização, ampliação e revisão de conhecimento = 65, 21%

4. Quanto a forma de funcionamento da Área Eventos:

· Condução e manutenção de uma política de eventos transparente e democrática, administrando diferenças de interesses diante da diversidade departamental e estabelecendo prioridades, sintonizadas com o interesse coletivo = 82, 60%

· Recepção e deliberação, através de uma comunicação transparente, acerca da viabilidade de eventos idealizados e encaminhados por setores,

grupos ou membros do departamento = 34,78%

· Apoio consultivo e técnico, dando apenas orientação sobre a produção de eventos idealizados por setores ou membros do departamento, dando oportunidade para que os mesmos desenvolvam seus projetos de eventos = 26,08%

· Apoio na organização, colaborando conjuntamente na realização propriamente dita de eventos idealizados por setores ou membros do departamento = 17,39%

· *Concepção, deliberação, organização e viabilização dos eventos em geral do departamento = 17,39%*

5. Quanto a uma política de EVENTOS sintonizada com o interesse coletivo, a ser promovida pelo Departamento nos próximos DOIS anos.

a) Objetivos gerais:

· Trocas inter-institucionais, podendo existir eventos realizados em parceria com outras instiuições como universidades, centros de psicanálise, etc. = 69,56%

· Conhecimento de autores nacionais e estrangeiros que tenham trabalho instigantes = 60,86%

· Discussão e conhecimento de temas e questões atuais que estejam atravessando o campo psicanalítico amplo = 60, 86%

b) Quanto aos temas de preferência:

· Discussão que promova a articulação da psicanálise com saberes afins acerca de temas atuais = 89, 95%

· papel do psicanalista na sociedade contemporânea = 80%

· modernidade = 60%

c) Quanto ao formato e frequência:

· Eventos abertos e de grande porte (conferências, debates, ciclo de palestras, encontros, jornadas) = 91,30% ; Anual = 42,8%

· Eventos de médio e pequeno porte (seminários teóricos com supervisão clínica, palestras, debates, encontros e jornadas, seminários teórico-clínicos, grupos de supervisão clínica) ABERTOS = 91,30%; Semestral = 28,57%

· Atividades culturais que poderiam seguir-se de debates (lançamentos de livros, filmes, vídeo, peças de teatro, exposições de arte, shows) = 82,60%; Semestral = 31,57%

· Eventos de médio e pequeno porte (seminários teóricos com supervisão clínica, palestras, debates, encontros e jornadas, seminários teórico-clínicos, grupos de supervisão clínica) FECHADOS/ INTERNOS = 69,56%; Bimensal = 31,25%; Semestral = 31,25%

d) Quanto aos expositores e debatedores:

· Eventos que promovam o debate entre psicanalistas convidados que sejam MEMBROS DO DEPARTAMENTO E/ OU DE FORA DO DEPARTAMENTO (que tenham trabalhos inovadores e interessantes) = 77,27% ; Com psicanalistas de outras instituições na cidade, psicanalistas de outras cidades e estados, psicanalistas estrangeiros = 82,35%

· Eventos transdisciplinares com profissionais convidados de diferentes áreas do saber = 68, 18%

Assim, frente a este segundo mapeamento, torna-se necessário, num primeiro momento, colocar em discussão a forma de funcionamento da Área Eventos – item este que não alcançou consenso perceptível. Talvez possamos encontrar resposta a esta questão quando tivermos claro a forma futura de funcionamento do Departamento de Psicanálise. Forma de trabalho esta na qual as diferentes Áreas poderão vir a estar articuladas entre si, trabalhando assim na condução e manutenção de uma política de eventos transparente e democrática, administrando diferenças de interesses diante da diversidade departamental e estabelecendo prioridades, sintonizadas com o interesse coletivo.

Catalina Pagés, Giovanna Bartucci (Articuladora), Lilian C. R. Quintão, Mara Sarti.

ÁREA DE PUBLICAÇÕES

Articuladora: Noemi M. Kon

Sobre a articulação da Área de Publicações.

A estratégia fundamental adotada pela Área de Publicações; (articulada por Noemi Moritz Kon (Noni) e Miriam Chnaiderman), para fomentar a discussão e as possíveis políticas dentro deste campo foi a de promover encontros e conversas com os diversos setores e grupos de trabalho do Departamento, tendo como foco as publicações atuais e os anseios por novos veículos.

Realizamos reuniões com os setores de Publicações e Grupo de Estudos, com o Grupo Espaço de Trabalho e com os três colegiados de professores. Confiamos que esta estratégia de aproximação nos permitiria entrar em contato com um número grande de membros ativos do Departamento que poderiam, neste contato direto, manifestar suas questões, suas críticas e seus desejos. Acreditamos que tivemos sucesso nessa empreitada: cerca de 60 pessoas participaram destas reuniões em que se pôde conversar, na medida de nossas capacidades, de forma aberta e produtiva.

Tivemos encontros bastante instigantes que nos permitiram, aos poucos, realizar um primeiro "diagnóstico" das publicações atuais do Departamento – *Percurso* e *Boletim* -, bem como aferir o desejo pela implantação de novas publicações que veiculariam os trabalhos singulares dos diferentes grupos. As duas publicações atuais do Departamento não parecem mesmo cobrir todos os perfis editoriais de seus membros.

Estas reuniões nos permitiram, concomitantemente, pelo fato de ocuparmos também um lugar no Conselho Editorial de *Percurso*, informar e discutir a política editorial de nossa revista, procurando objetivar conjuntamente, seus critérios e, desta forma, permitir que ela possa se tornar um veículo mais efetivo de publicação para os membros do Departamento.

Neste momento, é possível apontar para o desejo de ampliar o número de publicações dentro do Departamento.

As sugestões colhidas nesta direção são:

- A produção de um Caderno do Grupo Espaço de Trabalho, de circulação interna, que traria a transcrição das apresentações teórico-clínicas e dos debates que lhe sucederam na programação das *Inquietações da Clínica Cotidiana*. Este material está praticamente todo gravado, à espera de transcrição e trabalho editorial para que possa ser veiculado. O Grupo Espaço de Trabalho quer realizar este Caderno e pede que a Área de Publicações facilite o empreendimento, oferecendo suporte técnico.

- A produção de um caderno de monografias dos alunos do curso, de forma que esta produção possa ter uma maior circulação e visibilidade.

- A produção de um Caderno de Pesquisas que veicularia uma boa síntese dos trabalhos de fôlego que têm sido produzidos pelos membros do Departamento. Este caderno veicularia trabalhos mais extensos do que aqueles que podem ser publicados na Revista e no *Boletim*

- Foi ainda sugerido que a Área de Publicações pudesse também produzir um selo editorial que publicaria livros dos eventos do Departamento, coletâneas e trabalhos de seus membros.

- Foi sugerida, também, a criação de um arquivo que contivesse todas as publicações dos membros do Departamento.

- Outra sugestão, diz respeito a uma revista – um *fanzine* conforme a denominação de um dos membros - que contivesse artigos mais ágeis, associativos, sobre as questões mais diversas que dissessem respeito à psicanálise: pequenas traduções, discussões políticas ou de comportamento. Esta publicação poderia ocupar o lugar do *Boletim*, agregando aos informes dos diversos setores e grupos de trabalho, uma informação mais aberta e rápida e humorada.

- Um veículo internético, com comunicações rápidas, salas de bate papo, foi incluído como possibilidade de agilização das informações departamentais.

É necessário, no entanto, apontar que, ao mesmo tempo em que se pede por uma multiplicação de veículos, teme-se que todo este material não possa ser lido e utilizado de maneira apropriada. Uma outra questão aventada, que dificultaria a multiplicação de diferentes publicações dentro do Departamento, diz respeito à falta de agilidade da Secretaria do Instituto Sedes Sapientiae. Como nosso Departamento não tem autonomia com relação à Tesouraria e à Secretaria ficaríamos amarrados a prazos e ritmos que, talvez, não permitiriam a vitalidade necessária

destes novos empreendimentos.

Mas, de toda forma, os membros do Departamento parecem desejar outros canais alternativos de troca e visibilidade para suas produções. Este fato parece indicar que os meios a nossa disposição não são suficientes para dar conta de nossos anseios, mas, por outro lado, nos permite também pensar – levando-se em conta o fato de que o Grupo do *Boletim* não tem continuadores e de que a *Revista Percurso* não tem recebido um número expressivo de artigos dos membros do Departamento – que os membros do Departamento não utilizam o potencial dos veículos de publicação que têm a seu dispor.

Esta dupla conclusão – da necessidade de novas publicações específicas e de que as atuais não são um canal bem utilizado – foi explicitada durante todos encontros que tivemos.

Apesar da percepção da importância de uma publicação como o *Boletim*, que permitiria a circulação das informações relativas ao trabalho desenvolvido nos diferentes grupos, ouvimos apenas lástimas, por seu fim prematuro, e críticas, em relação ao seu caráter de "Diário Oficial" do Departamento. É verdade que também existiram sugestões quanto a uma possível alteração em sua forma atual, mas seu papel estratégico dentro do Departamento não parece atrair interessados que possam, ao menos neste momento, lhe garantir uma continuidade.

Quanto à *Revista Percurso*, ela tem seu lugar, na aparência, preservado. Sua excelência é grifada por todos. *Percurso* surge como um veículo que porta a face do Departamento para fora. Mas, é em relação ao seu vínculo com os membros do Departamento que a revista parece padecer. Seu "grau de excelência" funciona como um afastamento, senão impedimento, para que a grande maioria dos membros do Departamento possa utilizá-la como veículo de seus trabalhos e de suas interrogações. Uma revista científica, indexada, que não trata de qualquer assunto e que utiliza critérios editoriais rígidos, dificilmente alcançáveis, configura a cara da revista no âmbito interno ao Departamento: *Percurso* tem um perfil que define a sua própria demanda e que se afasta, nesta medida, de um pensamento específico do Departamento. Neste sentido, se *Percurso* pode atender aos anseios de seus membros quanto a nossa face externa, não consegue encontrar parcerias junto ao trabalho desenvolvido em outros setores – esta característica, no entanto, poderia ser estendida para alguns outros trabalhos desenvolvidos no

Departamento. De toda forma, parece haver um desencontro entre a suposta valorização da revista e seu real papel enquanto uma publicação dos membros do Departamento.

Sugestões para a intensificação deste vínculo da Revista com o Departamento foram aventadas: o retorno da sessão de crônicas, que daria conta da história de produções atuais do Departamento, com comentários e discussões de palestras e eventos e a utilização da sessão de entrevistas - como um grupo de reportagem - para dar fala à tradição oral de transmissão da psicanálise, característica, segundo alguns, deste nosso coletivo.

A questão que se mostrou reincidente nestas discussões relativas ao desencontro entre *Percurso* e Departamento revela-se através de uma interrogação: *Percurso* é uma revista científica que se produz no Departamento ou é um veículo do Departamento? Este dilema parece apontar para uma diferença interna mais geral e que oporia duas tradições diferentes na formação psicanalítica existentes em nosso Departamento: aquela da transmissão oral e aquela da transmissão escrita. Da mesma forma, esta oposição acaba por se manifestar na própria composição dos diferentes setores e grupos de trabalho, num embate de forças que se transmuta em uma outra roupagem, ao nosso ver, ainda mais insidiosa: psicanálise clínica *versus* psicanálise teórica. Daí, talvez, o desejo pela multiplicação de veículos que permitiriam que as diferentes políticas de formação pudessem se manifestar, ainda que, para isso, necessitassem de espaços diferenciados.

Estas são as percepções gerais que temos neste nosso lugar de articuladoras da Área de Publicações. As conversas que tivemos poderiam render, ainda, muitas outras interrogações.

De toda forma, surge, com força, a idéia da necessidade de uma multiplicação dos veículos, de forma a que cada setor possa dar visibilidade aos seus trabalhos. O que parece ser difícil, neste momento, é que as diferentes produções possam ser veiculadas por uma mesma publicação. O *Boletim*, que teria explicitamente esta tarefa, ao menos neste momento, na forma em que se apresenta, está falido; um espaço que seria de todos parece ser, no final das contas, de ninguém – sintomático deste fato é que não conseguimos marcar um encontro singular com este grupo. A *Revista Percurso* aparece como aquela que ocupa um espaço que não diz respeito ao trabalho efetivamente realizado

dentro do Departamento, serve bem para consumo externo.

Enfim, se é necessária a produção de uma nova série de publicações, com público e objetivos diversos e que não podem ser contemplados pelas publicações existentes, é também verdade que os veículos editoriais atuais de nosso Departamento não parecem estar sendo aproveitadas em todo o seu potencial – nem como espaço de publicação, nem como espaço de leitura.

Esta conclusão parece apontar, mais uma vez, para o que reiteradamente temos observado neste Departamento: o desejo de produzir mais, junto a uma espécie de "guetificação", um encastelamento que faz com que o anseio por uma organicidade departamental seja muito difícil de ser implementado. Os trabalhos em pequenos grupos são, de acordo com os relatos, gratificantes, mas há uma lástima generalizada da falta de reconhecimento por parte de outros grupos e setores.

Este quadro parece contribuir para que possamos entender o esvaziamento do grupo do *Boletim* e o descompasso existente em relação à *Revista Percurso* que, se é reconhecida e valorizada, não parece se configurar como uma revista do Departamento e sim como de uma de suas parcelas.

Esperamos que esta nossa iniciativa possa ser de auxílio para a implementação de uma política – ou políticas – editorial(ais) do Departamento, explicitando ou minimizando, assim, os descompassos existentes entre os diversos grupos do Departamento.

ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO - TESOURARIA

Articuladora: Cleide Monteiro

Esta articulação teve uma especificidade. Para além de fazer um levantamento de políticas que possam servir de programa- meta de futuras direções do Departamento, se impunha a necessidade de manter o funcionamento departamental. A experiência de "por a mão na massa" propiciou os subsídios para detectar as necessidades e pensar em propostas que tornem esse fazer mais eficaz e menos desgastante.

Num primeiro momento, com o objetivo de constituir um grupo de trabalho, foram convidados "tesoureiros" de antigas Comissões Coordenadoras Gerais. Apesar de não estarem interessados em um trabalho sistemático, dispuseram-se a conversar sobre suas experiências e colaborar pontualmente em alguma tarefa específica.

Fomos portanto conduzindo o trabalho dessa maneira, contando com a colaboração de Marcia Solera, que se apresentou interessada na Assembléia de 26/06/99.

QUANTO À ADMINISTRAÇÃO:

Constatamos a ausência de procedimentos já estabelecidos e claros para uma grande quantidade de situações administrativas do Departamento.

As tentativas, de inúmeros "tesoureiros" de gestões anteriores, de organizar um fluxo, um processo de gerenciamento, não se mantiveram. Na busca de informações para solucionar alguma questão, encontramo-nos diante de material disperso, arquivado sem critérios e mantendo uma dependência da memória das secretárias e/ou de algum membro do Departamento.

O fato de estarmos vinculados à secretaria de Departamentos do Instituto, em vista de nosso reconhecimento pelo Sedes, não elimina que tenhamos que definir quais os procedimentos que melhor se adaptam ao nosso funcionamento.

No entanto há normas de secretaria definidas pelo Sedes, as quais devemos respeitar, tais como prazos para confecção de material, envio de correspondência em dias pré-estabelecidos, agendamento de salas, etc. As situações de urgência devem ser evitadas.

Neste período de trabalho com a secretaria, passamos a fazer por escrito as solicitações e procedemos a um acompanhamento de perto, pois com a quantidade e variedade de Departamentos, e por conta de nossa própria variação de procedimentos, há muito espaço para mal entendidos. Mesmo existindo boa vontade e empenho das secretárias.

Quando necessitamos consultar as atas de Assembléia em busca de deliberações referentes a eleição da nova comissão de admissão, constatamos que:

1) Essas atas eram registradas no livro de Atas das Comissões Coordenadoras Gerais;

2) Dois desses livros estão desaparecidos : o da gestão 94/95 e 96/97. Se torna evidente que um Regimento que compile as deliberações de Assembléia e as decisões de outros órgãos diretivos seria de muita utilidade.

QUANTO À TESOURARIA

A tarefa principal deste período de articulação foi tentar responder à questão: quantos são e quem são os membros do Departamento. A confusão se devia a uma lista considerável de membros inadimplentes, dos quais não se tinha notícias.

Efetivamos a cobrança da anuidade 99 e fomos rastreando a lista de inadimplentes, só passível de verificação a partir de 97.

O resultado desse processo, que culminou com contatos telefônicos com esses membros, foi a reaproximação de muitos, pedidos de desligamento de alguns, descoberta de erros de listagem na qual constavam nomes de pessoas inexistentes, impossibilidade de contato pela falta total de endereço/ telefone atualizados.

Esses contatos também nos permitiram saber de muitos membros, que já se imaginavam desligados (apesar de receberem correspondência do Departamento), pois havia muito tempo que não compareciam a nenhuma atividade e não pagavam.

Outro membro se indigna de ser considerado devedor pois não recebera nenhuma correspondência comunicando o fato. Muitos outros ficaram satisfeitos de serem lembrados, de receber essa atenção, mesmo estando em débito. Para outros ainda, foi o momento de refletirem e se posicionarem sobre seu desejo ou não de permanecerem membros.

Já existe uma normatização sobre o tempo possível de inadimplência, produzida pela última gestão da C.C.G. em outubro / 98 que delimita em três anos esse período. Mas há necessidade de se legislar sobre a possibilidade de licenças, por exemplo, ou outras situações que poderiam liberar um membro do pagamento de anuidades.

O retorno de nossas contas para a Tesouraria do Sedes, pela qual efetuamos a cobrança da anuidade/ 99 e procedemos aos inúmeros acertos das anuidades atrasadas, não acarretou grandes problemas. As dificuldades foram contornáveis e houve muito boa vontade da parte da tesouraria de achar formas para isso.

A grande questão é quanto à liberação do nosso dinheiro para os gastos que decidimos. Há normas da contabilidade do Instituto que envolve notas fiscais específicas, prazos de validade das mesmas, prestadores de serviço com C.G.C. para dar recibo , que dificulta o reembolso de pequenos trabalhos ou compras que se apresentam.

O Instituto não se encarrega da cobrança de membros em atraso com a anuidade e não permite que a secretaria o faça, sendo essa função do responsável do Departamento .

Outro aspecto a destacar é a pouca curiosidade dos membros sobre as finanças do Departamento, que foi constatada também por artigos responsáveis por essa função. Quanto se arrecada, se gasta e em quais atividades não parece interessar o coletivo. Ouve-se no entanto com freqüência a idéia de que o Departamento é pobre. Como este é um conceito relativo caberia perguntar: nos faltam recursos para fazer o quê? Só a partir de definições periódicas sobre em quais atividades queremos investir, podemos avaliar a necessidade de aumentar a arrecadação.

PROPOSTAS:

As propostas que seguem são resultados do que me foi possível processar, a partir desse contato direto com a administração – tesouraria; e pretendem apontar algumas direções facilitadoras do nosso funcionamento interno.

As questões que envolvem nossa pertinência ao Instituto, merecem uma reflexão mais ampla de nosso Departamento e um posicionamento ativo e participante junto ás instâncias do Sedes, na busca de produzir as modificações que julgamos necessárias.

Há necessidade de se criar procedimentos e registros que tornem o funcionamento mais automático e não obriguem o responsável “inventar a roda” a cada vez. São eles:

1) As decisões do órgão diretivo devem ser destacadas das atas e mantidas numa forma que permita fácil acesso.

2) É necessário criar-se critérios para arquivo do material do Departamento, que se mantenham para que a secretaria possa sustentá-los.

3) Um banco de dados contendo fornecedores, prestadores de serviços, etc.

A forma de organização para essas tarefas poderia ser a de um grupo de trabalho encarregado pontualmente de executá-las, processo que utilizamos nesse breve período , com o resultado satisfatório.

Como propostas gerais:

1) Penso que deveremos produzir um livro/ caderno que descreva a nossa organização, funcionamento (regimento ?), direitos e deveres dos membros, condições para preenchimento de cargos, etc.;

2) Poderíamos oferecer benefícios aos ocupantes de funções diretivas, tais como isenção de anuidade durante o período da gestão, ingresso franqueado a nossos eventos, liberação para estacionamento, etc.

3) Poderíamos produzir algum tipo de identificação para os membros em funções diretivas que facilitasse sua apresentação em situações internas ou externas ao Sedes.

4) O orçamento do Departamento deveria ser definido anualmente, com a participação dos grupos e setores reconhecidos como tal, e se faz necessária a prestação de contas anual.

Instituto Sedes Sapientiae
R. Ministro Godoy 1484
05015-900 SP Brasil
Tel/Fax 0_ _ 11 3873 2314
http://www.sedes.org.br
sedes@sedes.org.br